

SAMM - Sociedade de Atividades em Multimídia Ltda.

Demonstrações Financeiras Referentes aos Exercícios Findos em
31 de dezembro de 2020 e 2019 e Relatório dos Auditores
Independentes sobre as Demonstrações Financeiras

Conteúdo

Relatório da Administração	3
Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras	4
Balancos patrimoniais	8
Demonstrações do resultado	9
Demonstrações do resultado abrangente	10
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido	11
Demonstrações dos fluxos de caixa – método indireto	12
Notas explicativas às demonstrações financeiras	13

Relatório da Administração

Senhores Cotistas,

Submetemos à apreciação de V.Sas. as Demonstrações Financeiras acompanhadas do Relatório dos Auditores Independentes sobre as demonstrações financeiras da Sociedade e Atividades em Multimídia Ltda., elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, e expressando os resultados alcançados no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020.

São Paulo, 07 de abril de 2021

A Administração.



KPMG Auditores Independentes

Rua Arquiteto Olavo Redig de Campos, 105, 6º andar - Torre A

04711-904 - São Paulo/SP - Brasil

Caixa Postal 79518 - CEP 04707-970 - São Paulo/SP - Brasil

Telefone +55 (11) 3940-1500

kpmg.com.br

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

Aos Quotistas e Diretores da

SAMM – Sociedade de Atividades em Multimídia Ltda.

São Paulo - SP

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da SAMM – Sociedade de Atividades em Multimídia Ltda. (Empresa), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2020 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da SAMM – Sociedade de Atividades em Multimídia Ltda. em 31 de dezembro de 2020, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação à Empresa, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

Realização do imposto de renda e contribuição social diferidos

Veja as notas explicativas 2(l) e 8 das demonstrações financeiras.

Principais assuntos de auditoria	Como auditoria endereçou esse assunto
<p>A Empresa possui imposto de renda e contribuição social diferidos decorrentes de diferenças temporárias, prejuízos fiscais acumulados e base negativa da contribuição social. Tais saldos são reconhecidos na medida em que seja provável que lucro tributável futuro esteja disponível e contra o qual as diferenças temporárias, os prejuízos fiscais acumulados e base negativa da contribuição social possam ser realizados. As estimativas dos lucros tributáveis futuros são preparadas pela Empresa com base em seu julgamento e suportadas por seu plano de negócios.</p> <p>Consideramos este assunto como significativo para a nossa auditoria, devido às incertezas e alto grau de julgamento inerente ao processo de determinação das estimativas dos lucros tributáveis futuros que se baseia em premissas que são afetadas por condições futuras esperadas da economia e do mercado, além de premissas de crescimento da receita decorrente de cada atividade operacional da Empresa, que podem ser impactados pelas reduções ou crescimentos econômicos, as taxas de inflação esperadas, entre outras.</p>	<p>Realizamos o entendimento do desenho dos controles internos chave relacionados com a preparação e revisão do plano de negócios, orçamentos e análises ao valor recuperável disponibilizadas pela Empresa.</p> <p>Com o auxílio de nossos especialistas em tributos diretos, efetuamos o recálculo matemático da apuração do imposto de renda e contribuição social diferidos, avaliamos se as adições e exclusões estão de acordo a legislação tributária.</p> <p>Com o auxílio de nossos especialistas em finanças corporativas, efetuamos o recálculo matemático das projeções dos lucros tributáveis futuros para a realização das diferenças temporárias e prejuízos fiscais acumulados, avaliamos as principais premissas e dados técnicos utilizados pela Empresa na projeção de lucros tributáveis futuros, comparamos as premissas utilizadas com os dados disponíveis no mercado e efetuamos análise de sensibilidade no que tange às premissas e metodologia utilizadas.</p> <p>Consideramos também as divulgações nas demonstrações financeiras, quanto ao prazo estimado para utilização do crédito tributário registrado decorrente de prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social.</p> <p>Com base nas evidências obtidas por meio dos procedimentos acima sumarizados, consideramos aceitáveis as premissas e metodologias utilizadas na determinação do lucro tributável futuro e valor do imposto de renda e contribuição social diferidos, assim como as respectivas divulgações, no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2020.</p>

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório dos auditores

A administração da Empresa é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração pelas demonstrações financeiras

A administração da Empresa é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Empresa continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Empresa ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

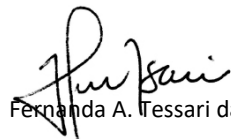
Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Empresa.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Empresa. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Empresa a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com a administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela administração, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

São Paulo, 7 de abril de 2021
KPMG Auditores Independentes
CRC 2SP014428/O-6



Fernanda A. Tessari da Silva

Contadora CRC 1SP-252905/O-2

SAMM – Sociedade de Atividades em Multimídia Ltda.

Balancos patrimoniais

para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019

(Em milhares de Reais)

Ativo	Nota	2020	2019	Passivo	Nota	2020	2019
Circulante				Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	6	19.463	2.588	Notas promissórias	13	43.908	41.751
Aplicações financeiras	6	8.160	13.074	Fornecedores	14	17.225	14.944
Contas a receber	7	18.190	17.286	Fornecedores - partes relacionadas	9	9.927	9.604
Contas a receber - partes relacionadas	9	268	86	Impostos e contribuições a recolher		2.740	3.738
Tributos a recuperar		1.357	1.047	Impostos parcelados		62	61
Despesas antecipadas e outras		274	279	Obrigações sociais e trabalhistas		2.982	4.847
Total do ativo circulante		<u>47.712</u>	<u>34.360</u>	Obrigações de entrega	7(b), (c) e (d)	6.683	4.328
				Arrendamento mercantil	12b	2.138	2.345
				Outras contas a pagar		<u>108</u>	<u>51</u>
				Total do passivo circulante		<u>85.773</u>	<u>81.669</u>
Não circulante				Não circulante			
Realizável a longo prazo				Fornecedores	14	47.968	35.992
Contas a receber	7	30.607	20.896	Fornecedores - partes relacionadas	9	18.526	21.718
Tributos diferidos	8b	26.042	24.812	Obrigações de entrega	7(b), (c) e (d)	34.255	17.841
Outros créditos		<u>515</u>	<u>296</u>	Impostos Parcelados		199	254
		<u>57.164</u>	<u>46.004</u>	Arrendamento mercantil	12b	1.411	1.640
				Provisão para riscos cíveis, trabalhistas, previdenciários e tributários	15	49	-
Imobilizado	10	64.761	64.259	Outras contas a pagar		<u>20</u>	<u>-</u>
Intangível	11	82.948	72.722	Total do passivo não circulante		<u>102.428</u>	<u>77.445</u>
Direito de uso em arrendamento	12a	<u>4.029</u>	<u>4.160</u>	Patrimônio líquido			
Total do ativo não circulante		<u>208.902</u>	<u>187.145</u>	Capital social	16	109.701	109.701
				Prejuízos acumulados		<u>(41.288)</u>	<u>(47.310)</u>
						<u>68.413</u>	<u>62.391</u>
Total do ativo		<u>256.614</u>	<u>221.505</u>	Total do passivo e patrimônio líquido		<u>256.614</u>	<u>221.505</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

SAMM – Sociedade de Atividades em Multimídia Ltda.

Demonstrações do resultado

para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019

(Em milhares de Reais)

	Nota	<u>2020</u>	<u>2019</u>
Receita operacional líquida	17	84.348	79.885
Custos dos serviços prestados			
Custo com pessoal		(5.498)	(4.501)
Serviços		(484)	(336)
Depreciação e amortização	10, 11 e 12a	(44.093)	(38.558)
Materiais, equipamentos e veículos		(318)	(115)
Comunicação de dados - internet		(2.714)	(2.975)
Direito de passagem		(2.636)	(2.375)
Outros		<u>(1.084)</u>	<u>(1.495)</u>
		<u>(56.827)</u>	<u>(50.355)</u>
Lucro bruto		<u>27.521</u>	<u>29.530</u>
Despesas operacionais			
Despesas gerais e administrativas			
Despesa com pessoal		(7.675)	(7.155)
Serviços		(1.833)	(1.753)
Depreciação e amortização	10, 11 e 12a	(472)	(556)
Materiais equipamentos e veículos		(89)	(86)
Aluguel de imóveis e condomínios		(866)	(859)
Provisão para perda esperada - Contas a receber e Outros créditos	7	(177)	(1.062)
Outros		<u>(731)</u>	<u>(701)</u>
		<u>(11.843)</u>	<u>(12.172)</u>
Outros resultados operacionais		<u>97</u>	<u>(1)</u>
Lucro antes do resultado financeiro		15.775	17.357
Resultado financeiro	18	<u>(6.276)</u>	<u>(6.594)</u>
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social		9.499	10.763
Imposto de renda e contribuição social - correntes e diferidos	8a	<u>(3.477)</u>	<u>(3.839)</u>
Lucro líquido do exercício		<u>6.022</u>	<u>6.924</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

SAMM – Sociedade de Atividades em Multimídia Ltda.
Demonstrações do resultado abrangente
para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019
(Em milhares de Reais)

	<u>2020</u>	<u>2019</u>
Lucro líquido do exercício	6.022	6.924
Outros resultados abrangentes	<u>-</u>	<u>-</u>
Total do resultado abrangente do exercício	<u>6.022</u>	<u>6.924</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

SAMM – Sociedade de Atividades em Multimídia Ltda.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019

(Em milhares de reais)

	Capital social	Prejuízos acumulados	Total
Saldos em 1º de janeiro de 2019	109.701	(54.234)	55.467
Lucro líquido do exercício	-	6.924	6.924
Saldos em 31 de dezembro de 2019	109.701	(47.310)	62.391
Lucro líquido do exercício	-	6.022	6.022
Saldos em 31 de dezembro de 2020	<u>109.701</u>	<u>(41.288)</u>	<u>68.413</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

SAMM – Sociedade de Atividades em Multimídia Ltda.
Demonstrações dos fluxos de caixa – Método indireto
 para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019
 (Em milhares de Reais)

	<u>2020</u>	<u>2019</u>
Fluxo de caixa das atividades operacionais		
Lucro líquido do exercício	6.022	6.924
Ajustes por:		
Imposto de renda e contribuição social diferidos	(1.230)	785
Depreciação e amortização	42.148	36.639
Baixa do ativo imobilizado	-	2
Juros sobre notas promissórias	1.780	3.141
Capitalização de custos dos empréstimos	(387)	(602)
Constituição e reversão provisão para riscos cíveis, trabalhistas, previdenciários e tributários	85	(24)
Atualização monetária para riscos cíveis e trabalhistas	4	-
Provisão para perda esperada - Contas a receber e Outros créditos	177	1.062
Ajuste a valor presente arrendamento mercantil	231	323
Depreciação arrendamento mercantil	2.417	2.475
Ajuste a valor presente - contratos	2.936	1.877
Ajuste a valor presente - contratos - partes relacionadas	2.417	2.759
Juros sobre impostos parcelados	7	28
	<u>50.585</u>	<u>48.465</u>
Variações nos ativos e passivos		
(Aumento) redução dos ativos		
Contas a receber	(10.792)	(2.187)
Contas a receber - partes relacionadas	(182)	(67)
Impostos a recuperar	(344)	941
Despesas antecipadas e outros créditos	(214)	(147)
Aumento (redução) dos passivos		
Fornecedores - partes relacionadas	(8.855)	(8.139)
Fornecedores	(12.124)	(13.501)
Obrigações sociais e trabalhistas	(1.865)	653
Impostos e contribuições a recolher e parcelados	3.779	3.948
Pagamentos com Imposto de Renda e Contribuição Social	(4.838)	(2.152)
Pagamentos com obrigações cíveis e trabalhistas	(40)	-
Obrigações de entrega	15.833	1.050
Outras contas a pagar	77	51
	<u>37.042</u>	<u>35.839</u>
Caixa líquido proveniente das atividades operacionais	37.042	35.839
Fluxos de caixa das atividades de investimento		
Aquisição de ativo imobilizado	(18.719)	(16.124)
Adição ao ativo intangível	(3.786)	(2.098)
Aplicações financeiras líquidas de resgate	4.914	3.771
	<u>(17.591)</u>	<u>(14.451)</u>
Caixa líquido usado nas atividades de investimento	(17.591)	(14.451)
Fluxos de caixa das atividades de financiamento		
Notas promissórias		
Captações	42.697	39.839
Pagamentos de principal	(40.000)	(54.000)
Pagamentos de juros	(2.320)	(3.938)
Arrendamento mercantil		
Pagamentos (principal e juros)	(2.953)	(2.973)
	<u>(2.576)</u>	<u>(21.072)</u>
Caixa líquido usado nas atividades de financiamento	(2.576)	(21.072)
Aumento do saldo de caixa e equivalente de caixa	<u>16.875</u>	<u>316</u>
Demonstração do aumento do caixa e equivalentes de caixa		
No início do exercício	2.588	2.272
No final do exercício	<u>19.463</u>	<u>2.588</u>
	<u>16.875</u>	<u>316</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

1. Contexto operacional

A Empresa foi constituída em 19 de dezembro de 2008, com sede na Avenida Chedid Jafet, 222 - Vila Olímpia, São Paulo, e tem como objeto social os serviços de telecomunicação, seja por meio de concessão, permissão ou autorização, exploração e prestação de serviços, por conta própria ou de terceiros, de serviços de valor adicionado, tendo como objetivo a prestação de serviços de comunicações multimídia, por meio de outorga/autorização da Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel), visando soluções de infraestrutura de telecomunicações para prestação de serviços de rede de transporte de alta capacidade, cessão de capacidade de rede e compartilhamento de infraestrutura correlata (cessão de fibra óptica), bem como a participação no capital de outras sociedades. Conforme publicado no Diário Oficial da União, Ato nº 4.844 de 12 de julho de 2011 do Processo nº 53500.005557/2011, a Anatel expediu autorização à Empresa, CNPJ/MF nº 10.665.151/0001-12, para explorar o Serviço de Comunicação Multimídia, por prazo indeterminado, sem caráter de exclusividade, em âmbito nacional e internacional e tendo como área de prestação de serviço todo o território nacional.

1.1. Efeitos da pandemia do COVID-19

Em 31 de janeiro de 2020, a Organização Mundial da Saúde (OMS) anunciou que o coronavírus (COVID-19) era uma emergência de saúde global, passando a ser considerado pandemia em anúncio feito pela OMS em 11 de março de 2020. A pandemia desencadeou decisões significativas de governos e entidades do setor privado, que aumentaram o grau de incerteza para os agentes econômicos.

A Empresa tem acompanhado mensalmente o fluxo de caixa e o resultado e, até 31 de dezembro de 2020, verificou que não ocorreram impactos financeiros sobre suas demonstrações financeiras.

2. Principais práticas contábeis

As políticas e práticas contábeis descritas abaixo têm sido aplicadas consistentemente nos exercícios apresentados nas demonstrações financeiras.

a) Moeda estrangeira

- Transações com moeda estrangeira

Ativos e passivos monetários em moeda estrangeira são convertidos para a moeda funcional da Empresa pela taxa de câmbio da data do fechamento. Ativos e passivos não monetários adquiridos ou contratados em moeda estrangeira, são convertidos com base nas taxas de câmbio das datas das transações ou nas datas de avaliação ao valor justo, quando este é utilizado, e passam a compor os valores dos registros contábeis em reais destas transações, não se sujeitando a variações cambiais posteriores.

Os ganhos e as perdas de variações nas taxas de câmbio sobre os ativos e os passivos são reconhecidos na demonstração de resultados.

b) Receitas de contratos com clientes

É aplicado um modelo de cinco etapas para contabilização de receitas decorrentes de contratos com clientes, de tal forma que uma receita é reconhecida por um valor que reflete a contrapartida a que uma entidade espera ter direito em troca de transferência de bens ou serviços para um cliente.

As cinco etapas mencionadas acima são: (1) identificação de contratos com clientes; (2) identificação das obrigações de desempenho do contrato; (3) determinação do preço de transação; (4) alocação do preço da transação para obrigações de performance e; (5) reconhecimento da receita.

As receitas de multimídia (comunicação de dados) se referem a transmissão de dados via cabo óptico (Data Samm e IP Corporate) ou radiofrequência e são reconhecidas à medida da realização da prestação de serviços.

As receitas de locação de fibras ópticas apagadas, se referem a locação de infraestrutura a clientes e são reconhecidas à medida do prazo do contrato.

Uma receita não é reconhecida se há incerteza significativa na sua realização.

c) Instrumentos financeiros

Reconhecimento e mensuração inicial

O contas a receber de clientes e os títulos de dívida emitidos são reconhecidos inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos e passivos financeiros são reconhecidos inicialmente quando a Empresa se tornar parte das disposições contratuais do instrumento.

Um ativo financeiro (a menos que seja um contas a receber de clientes sem um componente de financiamento significativo) ou passivo financeiro é inicialmente mensurado ao valor justo, mais ou menos, para um item não mensurado ao VJR, os custos de transação que são diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão. Um contas a receber de clientes sem um componente significativo de financiamento é mensurado inicialmente ao preço da operação.

Classificação e mensuração subsequente

Ativos financeiros

No reconhecimento inicial, um ativo financeiro é classificado como mensurado: ao custo amortizado ou ao VJR.

Os ativos financeiros não são reclassificados subsequentemente ao reconhecimento inicial, a não ser que a Empresa mude o modelo de negócios para a gestão de ativos financeiros, e neste caso todos os ativos financeiros afetados são reclassificados no primeiro dia do período de apresentação posterior à mudança no modelo de negócios.

Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR:

- é mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros para receber fluxos de caixa contratuais; e
- seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são relativos somente ao pagamento de principal e juros sobre o valor principal em aberto.

Um instrumento de dívida é mensurado ao custo amortizado se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR:

- é mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo é atingido tanto pelo recebimento de fluxos de caixa contratuais quanto pela venda de ativos financeiros; e
- seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são apenas pagamentos de principal e juros sobre o valor principal em aberto.

Todos os ativos financeiros não classificados como mensurados ao custo amortizado, conforme descrito acima, são classificados como ao VJR. No reconhecimento inicial, a Empresa pode designar de forma irrevogável um ativo financeiro que de outra forma atenda aos requisitos para ser mensurado ao custo amortizado como ao VJR se isso eliminar ou reduzir significativamente um descasamento contábil que de outra forma surgiria.

Ativos financeiros - Avaliação do modelo de negócio

A Empresa realiza uma avaliação do objetivo do modelo de negócios em que um ativo financeiro é mantido em carteira porque isso reflete melhor a maneira pela qual o negócio é gerido e as informações são fornecidas à Administração. As informações consideradas incluem:

- as políticas e objetivos estipulados para a carteira e o funcionamento prático dessas políticas. Eles incluem a questão de saber se a estratégia da Administração tem como foco a obtenção de receitas de juros contratuais, a manutenção de um determinado perfil de taxa de juros, a correspondência entre a duração dos ativos financeiros e a duração de passivos relacionados ou saídas esperadas de caixa, ou a realização de fluxos de caixa por meio da venda de ativos;
- como o desempenho da carteira é avaliado e reportado à Administração da Empresa;
- os riscos que afetam o desempenho do modelo de negócios (e o ativo financeiro mantido naquele modelo de negócios) e a maneira como aqueles riscos são gerenciados;
- como os gerentes do negócio são remunerados - por exemplo, se a remuneração é baseada no valor justo dos ativos geridos ou nos fluxos de caixa contratuais obtidos; e
- a frequência, o volume e o momento das vendas de ativos financeiros nos períodos anteriores, os motivos de tais vendas e suas expectativas sobre vendas futuras.

As transferências de ativos financeiros para terceiros em transações que não se qualificam para o desreconhecimento não são consideradas vendas, de maneira consistente com o reconhecimento contínuo dos ativos da Empresa.

Os ativos financeiros mantidos para negociação ou gerenciados com desempenho avaliado com base no valor justo são mensurados ao valor justo por meio do resultado.

Ativos financeiros – avaliação sobre se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos de principal e de juros

Para fins dessa avaliação, o ‘principal’ é definido como o valor justo do ativo financeiro no reconhecimento inicial. Os ‘juros’ são definidos como uma contraprestação pelo valor do dinheiro no tempo e pelo risco de crédito associado ao valor principal em aberto durante um determinado período de tempo e pelos outros riscos e custos básicos de empréstimos (por exemplo, risco de liquidez e custos administrativos), assim como uma margem de lucro.

A Empresa considera os termos contratuais do instrumento para avaliar se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos do principal e de juros. Isso inclui a avaliação sobre se o ativo financeiro contém um termo contratual que poderia mudar o momento ou o valor dos fluxos de caixa contratuais de forma que ele não atenderia essa condição. Ao fazer essa avaliação, a Empresa considera:

- eventos contingentes que modifiquem o valor ou o a época dos fluxos de caixa;
- termos que possam ajustar a taxa contratual, incluindo taxas variáveis;
- o pré-pagamento e a prorrogação do prazo; e
- os termos que limitam o acesso da Empresa a fluxos de caixa de ativos específicos (por exemplo, baseados na performance de um ativo).

O pagamento antecipado é consistente com o critério de pagamentos do principal e juros caso o valor do pré-pagamento represente, em sua maior parte, valores não pagos do principal e de juros sobre o valor do principal pendente - o que pode incluir uma compensação razoável pela rescisão antecipada do contrato. Além disso, com relação a um ativo financeiro adquirido por um valor menor ou maior do que o valor nominal do contrato, a permissão ou a exigência de pré-pagamento por um valor que represente o valor nominal do contrato mais os juros contratuais (que também pode incluir compensação razoável pela rescisão antecipada do contrato) acumulados (mas não pagos) são tratadas como consistentes com esse critério se o valor justo do pré-pagamento for insignificante no reconhecimento inicial.

Ativos financeiros - Mensuração subsequente e ganhos e perdas

Ativos financeiros a VJR Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. O resultado líquido, incluindo juros, é reconhecido no resultado.

Ativos financeiros a custo amortizado Esses ativos são subsequentemente mensurados ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. O custo amortizado é reduzido por perdas por impairment. A receita de juros, ganhos e perdas cambiais e o impairment são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento é reconhecido no resultado.

Desreconhecimento

Ativos financeiros

A Empresa desreconhece um ativo financeiro quando:

- os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram; ou
- transfere os direitos contratuais de recebimento aos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação em que:
 - substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos; ou
 - A Empresa nem transfere nem mantém substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro e também não retém o controle sobre o ativo financeiro.

A Empresa realiza transações em que transfere ativos reconhecidos no balanço patrimonial, mas mantém todos ou substancialmente todos os riscos e benefícios dos ativos transferidos. Nesses casos, os ativos financeiros não são desreconhecidos.

Passivos financeiros

A Empresa desreconhece um passivo financeiro quando sua obrigação contratual é retirada, cancelada ou expira. A Empresa também desreconhece um passivo financeiro quando os termos são modificados e os fluxos de caixa do passivo modificado são substancialmente diferentes, caso em que um novo passivo financeiro baseado nos termos modificados é reconhecido a valor justo.

No desreconhecimento de um passivo financeiro, a diferença entre o valor contábil extinto e a contraprestação paga (incluindo ativos transferidos que não transitam pelo caixa ou passivos assumidos) é reconhecida no resultado.

Compensação

Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Empresa tenha atualmente um direito legalmente executável de compensar os valores e tenha a intenção de liquidá-los em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

d) Caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras

- Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa abrangem saldos de caixa e aplicações financeiras com conversibilidade imediata e risco insignificante de mudança de valor. São recursos mantidos com a finalidade de atender compromissos de curto prazo.

Além dos critérios acima, utiliza-se como parâmetro de classificação, as saídas de recursos previstas para os próximos 3 meses a partir da data da avaliação.

- Aplicações financeiras

Refere-se aos demais investimentos financeiros não enquadrados nos itens acima mencionados.

e) Custo de transação na emissão de títulos de dívida

Os custos incorridos na captação de recursos junto a terceiros são apropriados ao resultado em função da fluência do prazo, com base no método do custo amortizado, que considera a Taxa Interna de Retorno (TIR) da operação para a apropriação dos encargos financeiros durante a vigência da operação. A taxa interna de retorno considera todos os fluxos de caixa, desde o valor líquido recebido pela concretização da transação até todos os pagamentos efetuados ou a efetuar para a liquidação dessa transação.

f) Ativo imobilizado

- Reconhecimento e mensuração

O ativo imobilizado é mensurado ao custo histórico de aquisição ou construção de bens, deduzido das depreciações acumuladas e perdas de redução ao valor recuperável (*impairment*) acumuladas, quando necessário.

Os custos dos ativos imobilizados são compostos pelos gastos que são diretamente atribuíveis à aquisição/construção dos ativos, incluindo custos dos materiais, de mão de obra direta e quaisquer outros custos para colocar o ativo no local e em condição necessária para que esses possam operar. Além disso, para os ativos qualificáveis, os custos de empréstimos são capitalizados.

Quando partes de um item do imobilizado têm diferentes vidas úteis, elas são registradas como itens individuais (componentes principais) de imobilizado.

Outros gastos são capitalizados apenas quando há um aumento nos benefícios econômicos do item do imobilizado a que se referem, caso contrário, são reconhecidos no resultado como despesas.

Ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado apurados pela comparação entre os recursos advindos de alienação com o valor contábil do mesmo, são reconhecidos no resultado em outros resultados operacionais.

O custo de reposição de um componente do imobilizado é reconhecido como tal, caso seja provável que sejam incorporados benefícios econômicos a ele e que o seu custo possa ser medido de forma confiável. O valor contábil do componente que tenha sido repostado por outro é baixado. Os custos de manutenção são reconhecidos no resultado quando incorridos.

- Depreciação

A depreciação é computada pelo método linear, às taxas consideradas compatíveis com a vida útil econômica. As principais taxas de depreciação estão demonstradas na nota explicativa nº 10.

Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais são revistos a cada encerramento de exercício social e eventuais ajustes são reconhecidos como mudanças de estimativas contábeis.

g) Ativos intangíveis

A Empresa possui os seguintes ativos intangíveis:

- Cessão de fibra óptica e radiofrequência

São demonstrados ao custo de aquisição, equivalentes aos valores contratuais ajustados a valor presente, deduzidos da amortização, a qual é calculada de acordo com os prazos contratuais.

- Direito de uso custos de desenvolvimento de sistemas informatizados

São demonstrados ao custo de aquisição, deduzidos da amortização, calculada de acordo com a geração de benefícios econômicos estimada.

h) Redução ao valor recuperável de ativos (impairment)

- Ativos financeiros não derivativos

A Empresa reconhece provisões para perdas esperadas de crédito sobre ativos financeiros mensurados ao custo amortizado.

As perdas de crédito esperadas para 12 meses são perdas de crédito que resultam de possíveis eventos de inadimplência dentro de 12 meses após a data do balanço (ou em um período mais curto, caso a vida esperada do instrumento seja menor do que 12 meses).

As provisões para perdas com contas a receber de clientes sem componente significativo de financiamento, são mensuradas a um valor igual à perda de crédito esperada para a vida inteira do instrumento, as quais resultam de todos os possíveis eventos de inadimplemento ao longo da vida esperada do instrumento financeiro.

O período máximo considerado na estimativa de perda de crédito esperada é o período contratual máximo durante o qual a Empresa está exposto ao risco de crédito.

Ao determinar se o risco de crédito de um ativo financeiro aumentou significativamente desde o reconhecimento inicial e ao estimar as perdas de crédito esperadas, a Empresa considera informações razoáveis e passíveis de suporte que são relevantes e disponíveis sem custo ou esforço excessivo. Isso inclui informações e análises quantitativas e qualitativas, com base na experiência histórica da Empresa, na avaliação de crédito e considerando informações prospectivas (*forward-looking*).

A Empresa considera um ativo financeiro como inadimplente quando:

- É pouco provável que o devedor pague integralmente suas obrigações de crédito a Empresa; ou
- O contas a receber de clientes estiver vencido há mais de 90 dias.

As perdas de crédito esperadas são estimativas ponderadas pela probabilidade de perdas de crédito. Quando aplicável, as perdas de crédito são mensuradas a valor presente, pela diferença entre os fluxos de caixa a receber devidos a Empresa de acordo com o contrato e os fluxos de caixa que a Empresa espera receber. As perdas de crédito esperadas são descontadas pela taxa de juros efetiva do ativo financeiro.

O valor contábil bruto de um ativo financeiro é baixado quando a Empresa não tem expectativa razoável de recuperar o ativo financeiro em sua totalidade ou em parte. No entanto, os ativos financeiros baixados podem ainda estar sujeitos à execução de crédito para o cumprimento dos procedimentos da Empresa para a recuperação dos valores devidos.

A provisão para perdas para ativos financeiros mensurados pelo custo amortizado é deduzida do valor contábil bruto dos ativos e debitada no resultado.

- Ativos não financeiros

Os valores contábeis dos ativos não financeiros são revistos a cada data de apresentação para apurar se há indicação de perda no valor recuperável e, caso seja constatado que o ativo está *impaired*, um novo valor do ativo é determinado.

A Empresa determina o valor em uso do ativo tendo como referência o valor presente das projeções dos fluxos de caixa esperados, com base nos orçamentos aprovados pela Administração, na data de avaliação até a data de operação, considerando taxas de descontos que reflitam os riscos específicos relacionados a unidade geradora de caixa.

Uma perda por redução ao valor recuperável é reconhecida no resultado caso o valor contábil de um ativo exceda seu valor recuperável estimado.

O valor recuperável de um ativo é o maior entre o seu valor em uso e o seu valor justo menos custos para vender. O valor em uso é baseado em fluxos de caixa futuros estimados, descontados a valor presente usando uma taxa de desconto antes dos impostos que reflita as avaliações atuais de mercado do valor do dinheiro no tempo e os riscos específicos do ativo.

As perdas de valor recuperável reconhecidas em períodos anteriores são avaliadas a cada data de apresentação para quaisquer indicações de que a perda tenha aumentado, diminuído ou não mais exista. Uma perda de valor é revertida caso tenha havido uma mudança nas estimativas usadas para determinar o valor recuperável, somente na condição em que o valor contábil do ativo não exceda o valor contábil que teria sido apurado, líquido de depreciação ou amortização, caso a perda de valor não tivesse sido reconhecida.

i) Provisões

Uma provisão é reconhecida no balanço patrimonial quando a Empresa possui uma obrigação legal ou não formalizada constituída como resultado de um evento passado, que possa ser estimada de maneira confiável, e é provável que um recurso econômico seja requerido para saldar a obrigação. As provisões são apuradas através do desconto dos fluxos de caixa futuros esperados a uma taxa antes de impostos que reflete as avaliações atuais de mercado quanto ao valor do dinheiro no tempo e riscos específicos para o passivo.

Os custos financeiros incorridos são registrados no resultado.

j) Receitas e despesas financeiras

Receitas financeiras compreendem basicamente os juros provenientes de aplicações financeiras, os quais são registrados através do resultado do exercício, recomposições dos ajustes a valor presente e variações monetárias positivas sobre instrumentos financeiros.

As despesas financeiras compreendem basicamente os juros, variações monetárias sobre passivos financeiros, recomposições dos ajustes a valor presente. Custos de empréstimos que não sejam diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de ativos qualificáveis são reconhecidos no resultado do exercício com base no método da taxa efetiva de juros.

k) Benefícios a empregados

- Planos de contribuição definida

Um plano de contribuição definida é um plano de benefícios pós-emprego sob o qual uma entidade paga contribuições fixas para uma entidade separada (fundo de previdência) e não terá nenhuma obrigação de pagar valores adicionais. As obrigações por contribuições aos planos de pensão de contribuição definida são reconhecidas como despesas de benefícios a empregados no resultado nos períodos durante os quais serviços são prestados pelos empregados.

- Benefícios de curto prazo a empregados

Obrigações de benefícios de curto prazo a empregados são mensuradas em base não descontada e são incorridas como despesas conforme o serviço relacionado seja prestado.

l) Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente e diferido são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente a R\$ 240 (base anual) para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, considerando a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real.

O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados a itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido.

O imposto corrente é o imposto a pagar sobre o lucro tributável do exercício, às taxas vigentes na data do balanço.

O imposto diferido é reconhecido em relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins contábeis e os correspondentes valores usados para fins de tributação.

Ativos e passivos fiscais diferidos são mensurados com base nas alíquotas que se espera aplicar às diferenças temporárias quando elas forem revertidas, baseando-se nas alíquotas que foram decretadas até a data do balanço, e reflete a incerteza relacionada ao tributo sobre o lucro, se houver.

Na determinação do imposto de renda corrente e diferido a Empresa leva em consideração o impacto de incertezas relativas às posições fiscais tomadas e se o pagamento adicional de imposto de renda e juros deve ser realizado. A Empresa acredita que a provisão para imposto de renda no passivo está adequada em relação a todos os períodos fiscais em aberto baseada em sua avaliação de diversos fatores, incluindo interpretações das leis fiscais e experiência passada. Essa avaliação é baseada em estimativas e premissas que podem envolver uma série de julgamentos sobre eventos futuros. Novas informações podem ser disponibilizadas, o que levariam a Empresa a mudar o seu julgamento quanto à adequação da provisão existente; tais alterações impactarão a despesa com imposto de renda no ano em que forem realizadas.

Os ativos e passivos fiscais diferidos são compensados caso haja um direito legal de compensar passivos e ativos fiscais correntes, relacionados a impostos de renda lançados pela mesma autoridade tributária sobre a mesma entidade sujeita à tributação.

Um ativo de imposto de renda e contribuição social diferido é reconhecido por perdas fiscais, créditos fiscais e diferenças temporárias dedutíveis quando é provável que lucros futuros sujeitos à tributação estejam disponíveis e contra os quais serão utilizados, limitando-se a utilização, a 30% dos lucros tributáveis futuros anuais.

Os impostos ativos diferidos decorrentes de diferenças temporárias consideram a expectativa de geração de lucros tributáveis futuros, fundamentados em estudo técnico de viabilidade aprovado pela administração, que contemplam premissas que são afetadas por condições futuras esperadas da economia e do mercado, além de premissas de crescimento da receita decorrente da atividade operacional da Empresa, que podem ser impactadas pelas reduções ou crescimentos econômicos, as taxas de inflação esperadas, entre outras.

m) Arrendamento mercantil

O CPC 06 (R2) introduziu um modelo único de contabilização de arrendamentos no balanço patrimonial para arrendatários.

No início de um contrato, a Empresa avalia se um contrato é ou contém um arrendamento. Um contrato é, ou contém um arrendamento, se o contrato transferir o direito de controlar o uso de um ativo identificado por um período de tempo em troca de contraprestação.

No início ou na modificação de um contrato que contém um componente de arrendamento, a Empresa aloca a contraprestação no contrato a cada componente de arrendamento com base em seus preços individuais.

A Empresa aplica uma única abordagem de reconhecimento e mensuração para todos os arrendamentos, exceto para arrendamentos de curto prazo e ativos de baixo valor. A Empresa reconhece os pagamentos de arrendamento associados a esses arrendamentos como uma despesa de forma linear pelo prazo do arrendamento.

Na data de início de um arrendamento, o arrendatário reconhece os passivos de arrendamento mensurados pelo valor presente dos pagamentos a serem realizados durante o prazo do arrendamento e ativos de direito de uso que representam o direito de uso dos ativos subjacentes.

Os ativos de direito de uso são mensurados ao custo, deduzidos de qualquer depreciação acumulada e perdas por redução ao valor recuperável, e ajustados por qualquer nova remensuração dos passivos de arrendamento.

O custo dos ativos de direito de uso inclui o valor dos passivos de arrendamento reconhecidos, custos diretos iniciais incorridos e pagamentos de arrendamentos realizados até a data de início, menos os eventuais incentivos de arrendamento recebidos.

Os ativos de direito de uso são depreciados linearmente, pelo menor período entre o prazo do arrendamento e a vida útil estimada dos ativos e também estão sujeitos a redução ao valor recuperável.

Os pagamentos do arrendamento incluem: (i) pagamentos fixos (incluindo, substancialmente, pagamentos fixos) menos quaisquer incentivos de arrendamento recebidos; (ii) pagamentos variáveis de arrendamento que dependem de um índice ou taxa; (iii) valores que se espera que sejam pagos pelo arrendatário, de acordo com as garantias de valor residual; (iv) o preço de exercício da opção de compra se o arrendatário estiver razoavelmente certo de exercer essa opção; e (v) pagamentos de multas por rescisão do arrendamento, se o prazo do arrendamento refletir o arrendatário exercendo a opção de rescindir o arrendamento.

Quando o passivo de arrendamento é remensurado dessa maneira, é efetuado um ajuste correspondente ao valor contábil do ativo de direito de uso ou é registrado no resultado se o valor contábil do ativo de direito de uso tiver sido reduzido a zero.

A Empresa apresenta ativos de direito de uso que não atendem à definição de propriedade para investimento em "ativo imobilizado" e passivos de arrendamento em "empréstimos e financiamentos" no balanço patrimonial.

Ao calcular o valor presente dos pagamentos do arrendamento, a Empresa usa a sua taxa de empréstimo incremental na data de início porque a taxa de juro implícita no arrendamento não é facilmente determinável. A Empresa determina sua taxa incremental sobre empréstimos obtendo taxas de juros de várias fontes externas de financiamento e fazendo alguns ajustes para refletir os termos do contrato e o tipo do ativo arrendado.

Após a data de início, o valor do passivo de arrendamento é aumentado para refletir o acréscimo de juros e reduzido para os pagamentos de arrendamento efetuados. Além disso, o valor contábil dos passivos de arrendamento é remensurado se houver uma modificação, uma mudança no prazo do arrendamento, uma alteração nos pagamentos do arrendamento (por exemplo, mudanças em pagamentos futuros resultantes de uma mudança em um índice ou taxa usada para determinar tais pagamentos de arrendamento) ou uma alteração na avaliação de uma opção de compra do ativo subjacente.

A Empresa não é obrigada a fazer ajustes para arrendamentos em que é um arrendador, exceto quando é um arrendador intermediário em um subarrendamento.

Para maiores detalhes vide nota explicativa nº 12.

n) Adoção inicial de normas novas e alterações

A Empresa adotou, inicialmente, a partir de 01 de janeiro de 2020, as seguintes novas normas:

As alterações em Pronunciamentos que entraram em vigor em 1º de janeiro de 2020, não produziram impactos relevantes nas demonstrações financeiras da Empresa.

Definição de negócio – Alterações ao CPC 15

Estabelece novos requerimentos para determinar se uma transação deve ser reconhecida como uma aquisição de negócio ou como uma aquisição de ativos.

As alterações introduzem um teste de concentração opcional que permite uma avaliação simplificada sobre se um conjunto adquirido de atividades e ativos não é um negócio. De acordo com o teste de concentração opcional, o conjunto adquirido de atividades e ativos não é um negócio se substancialmente a totalidade do valor justo dos ativos brutos adquiridos estiver concentrada em um único ativo identificável ou grupo de ativos similares.

Definição de Materialidade - Alterações ao CPC 26 (R1) e CPC 23

Altera a definição de “material” estabelecendo que uma informação é material se a sua omissão, distorção ou obscuridade puder influenciar razoavelmente a tomada de decisão dos usuários das demonstrações contábeis.

Reforma da taxa de juros de referência - Alterações ao CPC 48, CPC 08 e CPC 40

As alterações tratam de questões que podem afetar as demonstrações financeiras como resultado da reforma da taxa de juros de referência, incluindo os efeitos de mudanças nos fluxos de caixa contratuais ou relações de *hedge* decorrentes da substituição da taxa de juros de referência por uma taxa de referência alternativa. As alterações fornecem expediente prático para certos requisitos do CPC 48, CPC 38, CPC 40 e CPC 11 relacionados a mudanças na base de determinação dos fluxos de caixa contratuais de ativos e passivos financeiros e contabilidade de *hedge*.

Arrendamentos – Alterações ao CPC 06 (R2)

Requerimentos com o objetivo de facilitar para os arrendatários a contabilização de eventuais concessões obtidas nos contratos de arrendamento em decorrência da COVID-19, tais como perdão, suspensão ou mesmo reduções temporárias de pagamentos.

O expediente prático permite que o arrendatário opte por não avaliar se a concessão de aluguel relacionada à COVID-19 é uma modificação de arrendamento. O arrendatário que faz sua opção deverá contabilizar qualquer mudança nos pagamentos de arrendamento resultante da concessão de aluguel relacionada à COVID-19 aplicando o CPC 06 (R2) como se fosse uma modificação de arrendamento.

Este expediente é aplicável apenas a concessões de aluguel ocorrida como resultado direto da COVID-19 e apenas se todas as condições a seguir forem atendidas:

- a) A mudança nos pagamentos de arrendamento resulta na contraprestação revisada de arrendamento que é substancialmente a mesma que, ou menor que, a contraprestação de arrendamento imediatamente anterior à mudança;
- b) Qualquer redução nos pagamentos de arrendamento afeta apenas os pagamentos originalmente devidos em ou antes de 30 de junho de 2021 (uma concessão de aluguel atende essa condição se resultar em pagamentos de arrendamento menores em ou antes de 30 de junho de 2021); e
- c) Não há nenhuma mudança substantiva nos outros termos e condições do arrendamento.

o) Novas normas ainda não efetivas

Uma série de novas normas serão efetivas para exercícios findos após 31 de dezembro de 2020. A Empresa não adotou essas normas na preparação destas demonstrações financeiras. As seguintes normas alteradas não deverão ter um impacto significativo nas demonstrações financeiras da Empresa:

- Benefícios relacionados à COVID-19 concedidos para arrendatários em contratos de arrendamento (alteração ao CPC 06);
- Reforma da taxa de juros de referência - Fase 2 - alterações ao CPC48, CPC 38, CPC 40, CPC 11 e CPC 06;

- Contratos Onerosos – Custos para cumprir um contrato - alterações ao CPC 25;
- Imobilizado – Receitas antes do uso pretendido - alterações ao CPC 27;
- Referências à estrutura conceitual - alterações ao CPC 15; e
- Classificação do passivo em circulante ou não circulante - alterações ao CPC 26.

3. Apresentação das demonstrações financeiras

Declaração de conformidade (com relação às normas do CPC)

As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BRGAAP).

A Administração afirma que todas as informações relevantes próprias das Demonstrações Financeiras estão divulgadas, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem às utilizadas por ela na sua gestão.

Em 07 de abril de 2021, foi autorizada pela Administração da Empresa a emissão das demonstrações financeiras.

Base de mensuração

As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico, com exceção dos instrumentos financeiros mensurados pelo valor justo através do resultado.

Moeda funcional e moeda de apresentação

As demonstrações financeiras são apresentadas em Reais, que é a moeda funcional da Empresa. Todos os saldos apresentados em Reais nestas demonstrações foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

Uso de estimativas e julgamentos

A preparação das demonstrações financeiras, exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

As estimativas e premissas são revisadas periodicamente pela Administração da Empresa, sendo as alterações reconhecidas no período em que as estimativas são revisadas e em quaisquer períodos futuros afetados.

As informações sobre julgamentos críticos referentes às políticas contábeis adotadas e/ou incertezas sobre as premissas e estimativas relevantes, estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

Nota

- | | |
|----|------------------------------------|
| 7 | Provisão para perda esperada |
| 8b | Impostos diferidos |
| 10 | Depreciação do ativo imobilizado |
| 11 | Amortização dos ativos intangíveis |

15 Provisão para riscos cíveis, trabalhistas, previdenciários e tributários

4. Determinação dos valores justos

Diversas políticas e divulgações contábeis da Empresa exigem a determinação do valor justo, tanto para os ativos e passivos financeiros como para os não financeiros. Os valores justos têm sido apurados para propósitos de mensuração e/ou divulgação baseados nos métodos a seguir. Quando aplicável, as informações adicionais sobre as premissas utilizadas na apuração dos valores justos são divulgadas nas notas específicas àquele ativo ou passivo.

- Caixa e bancos

Os valores justos desses ativos financeiros são iguais aos valores contábeis, dada sua liquidez imediata.

- Aplicações financeiras

O valor justo de ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado é apurado por referência aos seus preços de fechamento na data de apresentação das demonstrações financeiras.

- Passivos financeiros não derivativos

O valor justo determinado para fins de registro contábil e divulgação é calculado baseando-se no valor presente dos fluxos de caixa futuros projetados. As taxas utilizadas nos cálculos foram obtidas de fontes públicas (B3 e Bloomberg).

5. Gerenciamento de riscos financeiros

Visão geral

A Empresa apresenta exposição aos seguintes riscos advindos do uso de instrumentos financeiros:

- a) Risco de crédito;
- b) Risco de taxas de juros e inflação;
- c) Risco de estrutura de capital (ou risco financeiro) e liquidez.

A seguir, estão apresentados as informações sobre a exposição da Empresa a cada um dos riscos supramencionados e os objetivos, políticas e processos para a mensuração e gerenciamento de risco e capital. Divulgações quantitativas adicionais são incluídas ao longo destas demonstrações financeiras.

a) Risco de crédito

Decorre da possibilidade de a Empresa sofrer perdas decorrentes de inadimplência de suas contrapartes ou de instituições financeiras depositárias de recursos ou de investimentos financeiros. Para mitigar esses riscos, adota-se como prática a análise das situações financeira e patrimonial das contrapartes, assim como a definição de limites de crédito e acompanhamento permanente das posições em aberto. No que tange às instituições financeiras, somente são realizadas operações com instituições financeiras de baixo risco, avaliadas por agências de *rating*.

b) Risco de taxa de juros e inflação

Decorre da possibilidade de sofrer redução nos ganhos ou aumento nas perdas decorrentes de oscilações de taxas de juros incidentes sobre seus ativos e passivos financeiros.

A Empresa está exposta a taxas de juros flutuantes, principalmente relacionadas às variações do CDI para nota promissória e aplicações financeiras. Detalhamentos a esse respeito podem ser obtidos nas notas explicativas nº 6 e 13.

c) Risco de estrutura de capital (ou risco financeiro) e liquidez

Decorre da escolha entre capital próprio (aportes de capital e retenção de lucros) e capital de terceiros que a Empresa faz para financiar suas operações. Para mitigar os riscos de liquidez e otimizar o custo médio ponderado do capital, são monitorados permanentemente os níveis de endividamento de acordo com os padrões de mercado.

Informações sobre os vencimentos dos instrumentos financeiros passivos podem ser obtidas nas respectivas notas explicativas.

O quadro seguinte apresenta os passivos financeiros não derivativos, por faixas de vencimento, correspondentes ao período remanescente no balanço patrimonial até a data contratual de vencimento. Esses valores são brutos e não descontados, e incluem o pagamento de juros contratuais:

	Menos de 1 ano	Entre 1 e 2 anos	Entre 2 e 3 anos	Entre 3 e 4 anos	Acima de 4 anos
Nota promissória (a)	44.321	-	-	-	-
Fornecedores - partes relacionadas	10.298	8.644	3.266	3.278	17.360
Fornecedores	15.634	15.596	14.886	11.940	27.800
Arrendamento mercantil	2.657	2.485	-	-	-

(a) Valores brutos dos custos de transação.

Em 31 de dezembro de 2020, a Empresa possui capital circulante líquido negativo de R\$ 38.580 substancialmente composto por notas promissórias, conforme mencionado na nota explicativa nº 13. Além da geração de caixa decorrente de suas atividades, a Empresa, está permanentemente reestruturando suas dívidas e conta com o suporte financeiros do acionista controlador CCR S.A..

SAMM – Sociedade de Atividades de Multimídia Ltda.
 NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA OS EXERCÍCIOS
 FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 E 2019
 (Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

6. Caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras

	<u>2020</u>	<u>2019</u>
Caixa e bancos	409	683
Aplicações financeiras		
Fundos de investimentos	<u>19.054</u>	<u>1.905</u>
Total - Caixa e equivalentes de caixa	<u><u>19.463</u></u>	<u><u>2.588</u></u>

Aplicações financeiras		
Fundos de investimentos	<u>8.160</u>	<u>13.074</u>
Total - Aplicações financeiras	<u><u>8.160</u></u>	<u><u>13.074</u></u>

As aplicações financeiras foram remuneradas à taxa média de 97,11% do CDI, equivalente a 2,69% ao ano (98,60% do CDI, equivalente a 5,86% ao ano, em média, em 31 de dezembro de 2019).

7. Contas a receber

	<u>2020</u>	<u>2019</u>
Circulante		
Receitas de multimídia, cabos ópticos e telefônicos (a)	13.430	14.785
Receitas de locação de fibra óptica (b)	8.327	6.423
Receitas de conectividade (c)	-	55
Receitas de <i>Colocation</i> (d)	<u>587</u>	<u>-</u>
	22.344	21.263
Provisão para perda esperada - Contas a receber	<u>(4.154)</u>	<u>(3.977)</u>
	<u><u>18.190</u></u>	<u><u>17.286</u></u>
Não Circulante		
Receitas de locação de fibra óptica (b)	23.266	20.896
Receitas de <i>Colocation</i> (d)	<u>7.341</u>	<u>-</u>
	<u><u>30.607</u></u>	<u><u>20.896</u></u>

Idade de Vencimentos dos Títulos

	<u>2020</u>	<u>2019</u>
Créditos a vencer	48.051	37.355
Créditos vencidos até 60 dias	768	807
Créditos vencidos de 61 a 90 dias	150	20
Créditos vencidos de 91 a 180 dias	50	-
Créditos vencidos há mais de 180 dias	<u>3.932</u>	<u>3.977</u>
	<u><u>52.951</u></u>	<u><u>42.159</u></u>

(a) Créditos a receber decorrentes de serviços em atividades de multimídia e cabos ópticos e telefônicos;

SAMM – Sociedade de Atividades de Multimídia Ltda.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 E 2019

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

- (b) Créditos a receber decorrentes de serviços em atividades de locação de fibra óptica, demonstrados a valor presente, de acordo com o período de competência, tendo como contrapartida a obrigação de entrega de fibra óptica que em 31 de dezembro de 2020 totalizavam R\$ 6.285 no curto prazo e R\$ 26.878 no longo prazo (R\$ 4.290 e R\$ 17.841, respectivamente, em 31 de dezembro de 2019). O valor nominal dos contratos em 31 de dezembro de 2020 totaliza R\$ 40.973 (R\$ 36.868 em 31 de dezembro de 2019). Os contratos possuem vigência de 60 a 240 meses. As taxas anuais para cálculo do valor presente para os contratos com vigência iniciada em 2019 e 2020 são de 7,54% e 6,60% a.a., respectivamente;
- (c) Créditos a receber decorrentes de serviços de conectividade, demonstrados a valor presente, de acordo com o período de competência, tendo como contrapartida a obrigação de entrega de conectividade. Para o período de 2020 o saldo totalizava zero, pois o contrato encerrou em outubro de 2020, em 31 de dezembro de 2019 totalizava R\$ 38 no curto prazo. O valor nominal do contrato em 31 de dezembro de 2019 totalizava R\$ 57. A taxa para cálculo do valor presente para este contrato foi de 6,60% a.a. (7,54% a.a. em 2019).
- (d) Créditos a receber decorrentes de serviços de aluguel de infraestrutura de datacenter *Colocation*, demonstrados a valor presente, de acordo com o período de competência, tendo como contrapartida a obrigação de entrega de aluguel de infraestrutura de datacenter *Colocation* que em 31 de dezembro de 2020 totalizava R\$ 398 no curto prazo e R\$ 7.377 no longo prazo. O valor nominal do contrato em 31 de dezembro de 2020 totaliza R\$ 14.489. O contrato possui vigência de 240 meses a partir de julho de 2020. A taxa anual para cálculo do valor presente para este contrato foi de 6,60% a.a..

8. Imposto de renda e contribuição social

a. Conciliação do imposto de renda e contribuição social – correntes e diferidos

A conciliação do imposto de renda e contribuição social registrada no resultado é demonstrada a seguir:

	<u>2020</u>	<u>2019</u>
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social	9.499	10.763
Alíquota nominal	<u>34%</u>	<u>34%</u>
Imposto de renda e contribuição social à alíquota nominal	(3.230)	(3.659)
Efeito tributário das adições e exclusões permanentes		
Despesas indedutíveis	(147)	(146)
Remuneração variável de dirigentes estatutários	(221)	(114)
Outros ajustes tributários	121	80
Despesa de imposto de renda e contribuição social	<u>(3.477)</u>	<u>(3.839)</u>
Impostos correntes	(4.707)	(3.054)
Impostos diferidos	1.230	(785)
	<u>(3.477)</u>	<u>(3.839)</u>
Alíquota efetiva de impostos	<u>37%</u>	<u>36%</u>

SAMM – Sociedade de Atividades de Multimídia Ltda.
 NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA OS EXERCÍCIOS
 FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 E 2019
 (Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

b. Impostos diferidos

O imposto de renda e a contribuição social diferidos têm as seguintes origens:

	2019	Reconhecido no resultado	Saldo em 2020		
			Valor líquido	Ativo fiscal diferido	Passivo fiscal diferido
IRPJ e CSLL sobre prejuízos fiscais e bases negativas (a)	23.142	(2.069)	21.073	21.073	-
Provisão para participação nos resultados (PLR)	681	(597)	84	84	-
Provisão para perda esperada - contas a receber	1.352	60	1.412	1.412	-
Provisão para riscos trabalhistas, tributários e fiscais	-	17	17	17	-
Diferenças temporárias - Lei 12.973/14 (b)	(304)	3.922	3.618	41.661	(38.043)
Arrendamento mercantil	(59)	(103)	(162)	243	(405)
Impostos diferidos ativos (passivos) antes da compensação	24.812	1.230	26.042	64.490	(38.448)
Compensação de imposto	-	-	-	(38.448)	38.448
Imposto diferido líquido ativo (passivo)	24.812	1.230	26.042	26.042	-

	2018	Reconhecido no resultado	Saldo em 2019		
			Valor líquido	Ativo fiscal diferido	Passivo fiscal diferido
IRPJ e CSLL sobre prejuízos fiscais e bases negativas (a)	24.486	(1.344)	23.142	23.142	-
Provisão para participação nos resultados (PLR)	527	154	681	681	-
Provisão para perda esperada - contas a receber	991	361	1.352	1.352	-
Provisão para riscos trabalhistas, tributários e fiscais	8	(8)	-	-	-
Diferenças temporárias - Lei 12.973/14 (b)	(415)	111	(304)	31.812	(32.116)
Arrendamento mercantil	-	(59)	(59)	110	(169)
Impostos diferidos ativos (passivos) antes da compensação	25.597	(785)	24.812	57.097	(32.285)
Compensação de imposto	-	-	-	(32.285)	32.285
Imposto diferido líquido ativo (passivo)	25.597	(785)	24.812	24.812	-

- (a) A Empresa estima recuperar o crédito tributário decorrente de prejuízos fiscais e base negativa da contribuição social nos seguintes exercícios:

2021	653
2022	1.073
2023	1.917
2024	2.492
2025 em diante	14.938
	<u>21.073</u>

- (b) Saldos de diferenças temporárias resultante da aplicação do artigo nº 69 da lei nº 12.973/14 (fim do Regime Tributário de Transição) composto por ajustes a valor presente e custos de empréstimos capitalizados.

9. Partes relacionadas

Os saldos de ativos e passivos em 31 de dezembro de 2020 e 2019, assim como as transações que influenciaram os resultados dos exercícios de 2020 e 2019, relativos às operações com partes relacionadas, decorrem de transações entre a Empresa, sua controladora, profissionais chave da administração e outras partes relacionadas.

SAMM – Sociedade de Atividades de Multimídia Ltda.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA OS EXERCÍCIOS FIMDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 E 2019

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Transações			Saldos	
	2020			2020	
	Despesas / custos com serviços prestados	Imobilizado / Intangível	Receitas	Ativo	Passivo
			Contas a Receber	Fornecedores	
Controladora					
CCR	876 (a)	-	409 (f)	-	69 (a)
Outras partes relacionadas					
Nova Dutra	133 (e)	-	609 (f)	39 (f)	688 (b)
RodoNorte	- (e)	-	-	23 (f)	35 (d)
AutoBAn	239 (e)	5 (e)	1.097 (f)	57 (f)	14.313 (b)
ViaOeste	97 (e)	7 (e)	459 (f)	57 (f)	10.456 (b) (d)
ViaQuatro	238 (e)	-	92 (f)	-	20 (e)
CPC	275 (c)	-	-	1 (d)	2 (d)
RodoAnel	-	-	192 (f)	20 (f)	-
Metrô Bahia	-	-	220 (f)	5 (f)	-
Renovias	726 (e)	5 (h)	90 (f)	3 (f)	59 (b)
SPVias	-	-	443 (f)	37 (f)	-
Barcas	-	-	343 (f)	-	-
ViaLagos	-	-	143 (f)	12 (f)	2.811 (b)
Via Mobilidade	-	-	99 (f)	9 (f)	-
Concessionária do Aeroporto de Guarulhos	-	-	59 (f)	5 (f)	-
Concessionária Rota das Bandeiras	43 (g)	-	-	-	-
Total, 31 de dezembro de 2020	<u>2.627</u>	<u>17</u>	<u>4.255</u>	<u>268</u>	<u>28.453</u>

	Transações			Saldos	
	2019			2019	
	Despesas / custos com serviços prestados	Despesas financeiras	Receitas	Contas a Receber	Fornecedores
Controladora					
CCR	842 (a)	-	607 (f)	2 (d)	66 (d)
Outras partes relacionadas					
Nova Dutra	1.455 (e)	220 (e)	627 (f)	-	2.185 (b) (d)
AutoBAn	1.730 (e)	1.128 (e)	1.066 (f)	-	14.222 (b) (d)
ViaOeste	3.199 (e)	1.076 (e)	502 (f)	4 (f)	12.154 (b) (d)
ViaQuatro	226 (e)	-	181 (f)	-	19 (e) (d)
CPC	265 (c)	-	-	-	21 (c)
RodoAnel	-	-	223 (f)	20 (f)	-
Metrô Bahia	-	-	237 (f)	-	-
Renovias	675 (e)	-	101 (f)	-	-
SPVias	-	-	500 (f)	39 (f)	-
Barcas	-	-	332 (f)	-	-
ViaLagos	79 (e)	334 (e)	121 (f)	11 (f)	2.656 (b) (d)
Via Mobilidade	-	-	93 (f)	-	-
Concessionária do Aeroporto de Guarulhos	-	-	27 (f)	10 (f)	-
Total, 31 de dezembro de 2019	<u>8.471</u>	<u>2.758</u>	<u>4.617</u>	<u>86</u>	<u>31.323</u>

Despesas com profissionais-chave da administração

	<u>2020</u>	<u>2019</u>
Remuneração (i)		
Benefícios de curto prazo - remuneração fixa	1.078	1.099
Outros benefícios:		
Provisão de PPR no ano a pagar no ano seguinte	198	578
(Reversão) Complemento de PPR pago no ano	366	(362)
Previdência privada	19	23
Seguro de vida	<u>3</u>	<u>3</u>
	<u>1.664</u>	<u>1.341</u>

Saldos a pagar aos profissionais chave da administração

	<u>2020</u>	<u>2019</u>
Remuneração dos administradores (i)	297	680

Na Ata de Reunião dos Sócios (ARS) realizada em 15 de abril de 2020, foi fixada a remuneração anual dos membros da diretoria da Empresa em até R\$ 2.300, incluindo salário, benefícios, remuneração variável e contribuição para seguridade social.

Abaixo, apresentamos as notas relacionadas aos quadros:

- a) Contrato de prestação de serviços de gestão administrativa nas áreas de contabilidade, assessoria jurídica, suprimentos, tesouraria e recursos humanos executados pela CCR – Divisão Actua, cujos valores são liquidados mensalmente no 10º dia útil do mês subsequente ao faturamento;
- b) Contrato de locação de fibra óptica apagada com prazo contratual até o término da vigência do contrato de concessão, com valores liquidados conforme definidos em contrato. Qualquer atraso no pagamento sujeito à incidência de juros à taxa de 1% ao mês, calculados proporcionalmente a partir da data do vencimento até a data do efetivo pagamento, mais multa moratória de 2% sobre o valor devido e atualização monetária calculada pela variação do IGP-M;
- c) Contrato de prestação exclusivo de serviços de administração, informática e manutenção, cujos valores são liquidados mensalmente no 10º dia útil do mês subsequente ao faturamento;
- d) Refere-se aos encargos de folha de pagamento relativo à transferência de colaboradores;
- e) Contrato de direito de passagem para ocupação da faixa de domínio para implantação de cabos ópticos;
- f) Contratos de prestação de serviços de transmissão de dados;
- g) Contrato de direito de passagem para ocupação da faixa de domínio para implementação de cabos ópticos, cujos valores são liquidados todo dia 10 do mês seguinte ao do faturamento;
- h) Taxa de análise de projeto; e

SAMM – Sociedade de Atividades de Multimídia Ltda.
 NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA OS EXERCÍCIOS
 FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 E 2019
 (Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

- i) Contempla valor total de remuneração fixa e variável atribuível aos membros da administração e diretoria, registradas no balanço patrimonial como obrigações trabalhistas.

10. Ativo imobilizado

	Taxa média anual de depreciação %	2019			2020		
		Saldo inicial	Adições	Baixas	Transferências (a)	Outros (b)	Saldo final
Valor de custo							
Móveis e utensílios		324	-	-	-	-	324
Máquinas e equipamentos		601	-	-	34	-	635
Veículos		1.022	-	(253)	142	-	911
Instalações e edificações		256	-	-	-	-	256
Sistemas operacionais		142.622	-	(1)	21.299	(1.099)	162.821
Fibra ótica		19.141	-	-	5.576	-	24.717
Imobilizações em andamento		16.235	19.105	-	(27.534)	1.133	8.939
Total custo		180.201	19.105	(254)	(483)	34	198.603
Valor de depreciação							
Móveis e utensílios	10	(221)	(32)	-	-	-	(253)
Máquinas e equipamentos	15	(360)	(68)	-	-	-	(428)
Veículos	23	(708)	(131)	253	-	-	(586)
Instalações e edificações	100	(256)	-	-	-	-	(256)
Sistemas operacionais	15	(109.504)	(16.840)	1	-	-	(126.343)
Fibra ótica	5	(4.893)	(1.083)	-	-	-	(5.976)
Total depreciação		(115.942)	(18.154)	254	-	-	(133.842)
Total geral		64.259	951	-	(483)	34	64.761

	Taxa média anual de depreciação %	2018			2019		
		Saldo inicial	Adições	Baixas	Transferências (a)	Outros (b)	Saldo final
Valor de custo							
Móveis e utensílios		324	-	-	-	-	324
Máquinas e equipamentos		465	-	-	136	-	601
Veículos		848	-	-	174	-	1.022
Instalações e edificações		256	-	-	-	-	256
Sistemas operacionais		133.232	-	(630)	11.162	(1.142)	142.622
Fibra ótica		16.027	-	-	3.114	-	19.141
Imobilizações em andamento		11.376	19.722	-	(14.863)	-	16.235
Total custo		162.528	19.722	(630)	(277)	(1.142)	180.201
Valor de depreciação							
Móveis e utensílios	10	(189)	(32)	-	-	-	(221)
Máquinas e equipamentos	17	(303)	(57)	-	-	-	(360)
Veículos	22	(615)	(93)	-	-	-	(708)
Instalações e edificações	33	(256)	-	-	-	-	(256)
Sistemas operacionais	19	(92.719)	(17.413)	628	-	-	(109.504)
Fibra ótica	5	(4.065)	(828)	-	-	-	(4.893)
Total depreciação		(98.147)	(18.423)	628	-	-	(115.942)
Total geral		64.381	1.299	(2)	(277)	(1.142)	64.259

- (a) Reclassificações do ativo imobilizado para o intangível;
 (b) Valor referente à crédito ICMS sobre ativo permanente – CIAP.

Foram acrescidos aos ativos imobilizados, custos das notas promissórias no montante de R\$ 386 em 31 de dezembro de 2020 (R\$ 602 em 2019). A taxa média de capitalização em 2020 foi de 2,93% a.a. (custo das notas promissórias dividido pelo saldo médio de notas promissórias) e 5,54% a.a. em 2019.

SAMM – Sociedade de Atividades de Multimídia Ltda.
 NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA OS EXERCÍCIOS
 FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 E 2019
 (Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

11. Intangível

	Taxa média anual de amortização %	2019		2020	
		Saldo inicial	Adições	Transferências (a)	Saldo final
Valor de custo					
Cessão de fibra óptica		140.211	31.833	-	172.044
Rádiofrequência		3.242	1.898	-	5.140
Direito de uso de sistemas informatizados		3.170	-	510	3.680
Direito de uso de sistemas informatizados em andamento		40	6	(27)	19
Total custo		146.663	33.737	483	180.883
Valor de depreciação					
Cessão de fibra óptica	11	(68.244)	(22.902)	-	(91.146)
Rádiofrequência	31	(3.183)	(813)	-	(3.996)
Direito de uso de sistemas informatizados	20	(2.514)	(279)	-	(2.793)
Total amortização		(73.941)	(23.994)	-	(97.935)
Total geral		72.722	9.743	483	82.948

	Taxa média anual de amortização %	2018		2019	
		Saldo inicial	Adições	Transferências (a)	Saldo final
Valor de custo					
Cessão de fibra óptica		116.757	23.454	-	140.211
Rádiofrequência		3.091	151	-	3.242
Direito de uso de sistemas informatizados		2.898	-	272	3.170
Direito de uso de sistemas informatizados em andamento		-	35	5	40
Total custo		122.746	23.640	277	146.663
Valor de depreciação					
Cessão de fibra óptica	11	(51.232)	(17.012)	-	(68.244)
Rádiofrequência	100	(2.354)	(829)	-	(3.183)
Direito de uso de sistemas informatizados	20	(2.139)	(375)	-	(2.514)
Total amortização		(55.725)	(18.216)	-	(73.941)
Total geral		67.021	5.424	277	72.722

(a) Reclassificações do ativo imobilizado para o intangível.

Foram acrescidos aos ativos intangíveis, custos das notas promissórias no montante de R\$ 1 em 31 de dezembro de 2020 (não houve capitalização em 2019). A taxa média de capitalização em 2020 foi de 2,93% a.a. (custo das notas promissórias dividido pelo saldo médio de notas promissórias).

12. Arrendamento mercantil

a. Direito de uso em arrendamento

	2019		2020	
	Saldo Inicial	Adições / Remensuração	Depreciação	Saldo Final
Máquinas e equipamentos	4.160	2.286	(2.417)	4.029
	4.160	2.286	(2.417)	4.029

SAMM – Sociedade de Atividades de Multimídia Ltda.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 E 2019

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

b. Passivo em arrendamento

	2019		2020			
	Saldo Inicial	Adições / Remensuração	Reversão do ajuste a valor presente	Pagamentos	Transferências	Saldo Final
Circulante	(2.345)	(1.449)	(231)	2.953	(1.066)	(2.138)
Não circulante	(1.640)	(837)	-	-	1.066	(1.411)
	<u>(3.985)</u>	<u>(2.286)</u>	<u>(231)</u>	<u>2.953</u>	<u>-</u>	<u>(3.549)</u>

O cálculo do valor presente foi efetuado considerando uma taxa de juros nominal de 6,49% a.a.. As taxas são equivalentes às de emissão de dívidas no mercado com prazos e vencimentos equivalentes.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2020, foi reconhecido como despesa de aluguel o montante de R\$ 193 (R\$ 178 em 31 de dezembro de 2019), decorrente de arrendamentos mercantis não reconhecidos como tal, dada sua característica de curto prazo.

Cronograma - não circulante

2022	855
2023	453
2024	76
2025	4
2026 em diante	23
	<u>1.411</u>

13. Notas promissórias

Série	Taxas contratuais	Taxa efetiva do custo de transação (% a.a)	Custos de transação incorridos	Saldos dos custos a apropriar 2020	Vencimento final	2020	2019
1. 11ª Emissão	109% do CDI	0,4035% (b)	161	-	Abril de 2020	-	41.751 (c)
2. 12ª Emissão	CDI + 0,90% a.a.	1,4914% (a)	251	102	Abril de 2021	43.908	- (c)
Total geral				<u>102</u>		<u>43.908</u>	<u>41.751</u>
Circulante							
Notas promissórias						44.010	41.805
Custos de transação						<u>(102)</u>	<u>(54)</u>
						<u>43.908</u>	<u>41.751</u>

(a) O custo efetivo destas transações refere-se à taxa interna de retorno (TIR) calculada considerando os juros contratados mais os custos de transação. Para os casos aplicáveis, não foram consideradas para fins de cálculo da TIR as taxas contratuais variáveis.

(b) O custo efetivo destas transações refere-se aos custos de transação incorridos na emissão dos títulos e não considera taxas pós-fixadas, uma vez que na data de cada transação não são conhecidas as futuras taxas de CDI aplicáveis. Estas taxas somente serão conhecidas com a fluência do prazo de cada transação.

SAMM – Sociedade de Atividades de Multimídia Ltda.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA OS EXERCÍCIOS FIMDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 E 2019

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Garantias:

- (c) Aval / fiança corporativa da CCR na proporção de sua participação acionária direta/indireta.

A seguir especificamos as principais condições, garantias e cláusulas restritivas vinculadas aos contratos de notas promissórias, seguindo a indexação da primeira coluna do quadro onde as operações estão detalhadas. As condições, garantias e restrições pactuadas vêm sendo cumpridas regularmente.

1. Em 11 de abril de 2020, foi integralmente liquidada a 11ª emissão de notas promissórias no valor de R\$ 42.320.
2. Em 06 de abril de 2020, ocorreu a 12ª emissão de notas promissórias comerciais, cujos recursos foram utilizados para pagamento da 11ª emissão de notas promissórias comerciais. O valor da emissão foi de R\$ 43.000, com custo de CDI + 0,90% a.a.. O vencimento de principal e juros será em 06 de abril de 2021. A emissão conta com aval da Controladora CCR.S.A..

14. Fornecedores

	<u>2020</u>	<u>2019</u>
Circulante		
Fornecedores nacionais (a)	1.250	5.590
Fornecedores de fibra óptica (b)	13.569	8.710
Fornecedores de rádio frequência (c)	522	63
Fornecedores de conectividade (d)	1.884	581
	<u>17.225</u>	<u>14.944</u>
Não Circulante		
Fornecedores de fibra óptica (b)	45.818	33.723
Fornecedores de conectividade (d)	1.517	2.269
Fornecedores de rádio frequência (c)	633	-
	<u>47.968</u>	<u>35.992</u>

- (a) O saldo refere-se aos fornecedores de serviços administrativos, materiais e equipamentos;
- (b) Refere-se ao saldo a pagar aos fornecedores de fibra óptica, demonstrado a valor presente, cuja contrapartida está registrada no ativo. O valor nominal dos contratos em 31 de dezembro de 2020 totaliza R\$ 82.005 (R\$ 61.418 em 31 de dezembro de 2019). Os contratos possuem vigência de 12 a 180 meses;
- (c) Refere-se ao saldo a pagar aos fornecedores de rádio frequência, demonstrado a valor presente, cuja contrapartida está registrada no ativo. O valor nominal dos contratos em 31 de dezembro de 2020 totalizava R\$ 1.305 (R\$ 66 em 31 de dezembro de 2019). Os contratos possuem vigência de 12 a 48 meses; e
- (d) Refere-se ao saldo a pagar aos fornecedores de conectividade, demonstrado a valor presente, cuja contrapartida está registrada no ativo. O valor nominal dos contratos em 31 de dezembro de 2020 totalizava R\$ 3.702 (R\$ 3.983 em 31 de dezembro de 2019). Os contratos possuem vigência de 24 a 180 meses.

As taxas anuais para cálculo do valor presente para os contratos descritos nos itens (b), (c) e (d), com vigência iniciadas entre 2019 e 2020 são de 7,54% e 6,60%, respectivamente.

SAMM – Sociedade de Atividades de Multimídia Ltda.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 E 2019

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

15. Provisão para riscos cíveis, trabalhistas, previdenciários e tributários

A Empresa é parte em ações judiciais e processos administrativos perante tribunais e órgãos governamentais, decorrentes do curso normal de suas respectivas operações, envolvendo questões cíveis e trabalhistas.

A Empresa constituiu provisão em montante considerado suficiente para cobrir as prováveis perdas estimadas com as ações em curso, conforme quadro abaixo, com base em (i) informações de seus assessores jurídicos, (ii) análise das demandas judiciais pendentes e (iii) com base na experiência anterior referente às quantias reivindicadas:

	2019		2020		Atualização de bases processuais e monetária	Saldo final
	Saldo inicial	Constituição	Reversão	Pagamentos		
Não circulante						
Cíveis e administrativos	-	2	-	(2)	-	-
Trabalhistas	-	91	(8)	(38)	4	49
	-	93	(8)	(40)	4	49

A Empresa possui outros riscos relativos a questões cíveis, trabalhistas, previdenciários e tributárias, avaliadas pelos assessores jurídicos como sendo de risco possível, nos montantes indicados abaixo, para os quais nenhuma provisão foi constituída, tendo em vista que as práticas contábeis adotadas no Brasil não determinam sua contabilização.

	2020	2019
Cíveis e administrativos	-	18
Trabalhistas e previdenciários	120	267
Tributárias	55	-
	175	285

16. Patrimônio líquido

Capital social

O capital social subscrito e integralizado da Empresa em 31 de dezembro de 2020 e 2019 é de R\$ 109.701, composto por 109.701.000 quotas, no valor nominal de R\$ 1,00 cada.

Sócios	Quotas	Participação
CCR S.A.	109.591.299	99,9%
CIIS - Companhia de Investimentos em Infraestrutura e Serviços	109.701	0,1%
	109.701.000	100,00%

SAMM – Sociedade de Atividades de Multimídia Ltda.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA OS EXERCÍCIOS
FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 E 2019

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

17. Receitas

	<u>2020</u>	<u>2019</u>
Receitas de Data Samm	79.316	84.641
Receitas de IP Corporate	13.459	13.163
Receitas de locação de fibra óptica	16.431	8.456
Receitas de direito de uso Cogent	183	-
Receita bruta	<u>109.389</u>	<u>106.260</u>
Impostos sobre receitas	(24.815)	(26.180)
Descontos concedidos e cancelamentos	(226)	(195)
Deduções das receitas brutas	<u>(25.041)</u>	<u>(26.375)</u>
Receita líquida	<u>84.348</u>	<u>79.885</u>

18. Resultado financeiro

	<u>2020</u>	<u>2019</u>
Despesas financeiras		
Ajuste a valor presente - contratos	(7.277)	(4.281)
Ajuste a valor presente - contratos - partes relacionadas	(2.417)	(2.759)
Juros sobre notas promissórias	(1.780)	(3.141)
Capitalização de custos dos empréstimos	387	602
Juros sobre impostos parcelados	(7)	(28)
Ajuste a valor presente - arrendamento mercantil	(231)	(323)
Taxas, comissões e outras despesas financeiras	(44)	(192)
	<u>(11.369)</u>	<u>(10.122)</u>
Receitas financeiras		
Rendimento sobre aplicações financeiras	492	830
Ajuste a valor presente - contratos	4.341	2.404
Juros e outras receitas financeiras	260	294
	<u>5.093</u>	<u>3.528</u>
Resultado financeiro	<u>(6.276)</u>	<u>(6.594)</u>

19. Instrumentos financeiros

A Empresa mantém operações com instrumentos financeiros. A administração desses instrumentos é efetuada por meio de estratégias operacionais e controles internos visando assegurar liquidez, rentabilidade e segurança. A contratação de derivativos com o objetivo de proteção é feita por meio de uma análise periódica da exposição ao risco que a administração pretende cobrir (câmbio, taxa de juros etc.). A política de controle consiste em acompanhamento permanente das condições contratadas *versus* condições vigentes no mercado. Não são efetuadas aplicações de caráter especulativo em derivativos ou quaisquer outros ativos de risco, assim como em operações definidas como derivativos exóticos.

SAMM – Sociedade de Atividades de Multimídia Ltda.
 NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA OS EXERCÍCIOS
 FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 E 2019
 (Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Os resultados obtidos com estas operações estão condizentes com as políticas e estratégias definidas pela administração da Empresa.

Para apoio da Empresa, nas questões financeiras estratégicas, a controladora CCR S.A. possui um Comitê de Resultados e Finanças, formado por conselheiros indicados pelos acionistas controladores e conselheiros independentes, que analisa as questões que dizem respeito à política e estrutura financeira da Empresa, acompanha e informa o Conselho de Administração da Controladora sobre questões financeiras chave, tais como empréstimos/refinanciamentos de dívidas de longo prazo, análise de risco, exposições ao câmbio, aval em operações, nível de alavancagem, emissão de títulos de dívida e investimentos.

A Empresa não possui e não operou com instrumentos financeiros derivativos durante os exercícios apresentados.

Todas as operações com instrumentos financeiros estão reconhecidas nas demonstrações financeiras da Empresa, conforme o quadro a seguir:

Instrumentos financeiros por categoria

	2020			2019		
	Valor justo através do resultado	Ativos financeiros mensurados ao custo amortizado	Passivo financeiro mensurado ao custo amortizado	Valor justo através do resultado	Ativos financeiros mensurados ao custo amortizado	Passivo financeiro mensurado ao custo amortizado
Ativos						
Caixa e bancos	409	-	-	683	-	-
Aplicações financeiras	27.214	-	-	14.979	-	-
Contas a receber e outros créditos	-	48.797	-	-	38.559	-
Contas a receber - partes relacionadas	-	268	-	-	86	-
Passivos						
Notas promissórias (a)	-	-	(43.908)	-	-	(41.751)
Fornecedores e outras contas a pagar	-	-	(72.711)	-	-	(31.373)
Fornecedores - partes relacionadas	-	-	(28.453)	-	-	(31.322)
Arrendamento mercantil	-	-	(3.549)	-	-	(3.985)
	<u>27.623</u>	<u>49.065</u>	<u>(148.621)</u>	<u>15.662</u>	<u>38.645</u>	<u>(108.431)</u>

(a) Valores líquidos dos custos de transação.

Os seguintes métodos e premissas foram adotados na determinação do valor justo:

- **Caixa e bancos e aplicações financeiras** - Os saldos em caixa e bancos têm seus valores justos idênticos aos saldos contábeis. As aplicações financeiras em fundos de investimentos estão valorizadas pelo valor da cota do fundo na data das demonstrações financeiras, que corresponde ao seu valor justo (nível 2). As aplicações financeiras em CDB (Certificado de Depósito Bancário) e instrumentos similares possuem liquidez diária com recompra na “curva do papel” e, portanto, a Empresa entende que seu valor justo corresponde ao seu valor contábil.
- **Contas a receber e outros créditos, contas a receber - partes relacionadas, fornecedores e outras contas a pagar, fornecedores - partes relacionadas** - Os valores justos são próximos dos saldos contábeis, dado o curto prazo para liquidação das operações.
- **Arrendamento mercantil** – Consideram-se os valores contábeis desse instrumento financeiro equivalentes aos valores justos, por se tratar de instrumento financeiro com característica exclusiva, oriundo de fontes de financiamento específica.

SAMM – Sociedade de Atividades de Multimídia Ltda.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 E 2019

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

- **Notas promissórias mensuradas ao custo amortizado** - Caso fosse adotado o critério de reconhecer esses passivos pelos seus valores justos, os saldos apurados seriam os seguintes:

	2020		2019	
	Valor contábil (a)	Valor Justo	Valor contábil (a)	Valor Justo
Nota promissória (a)	44.010	44.108	41.805	41.847

(a) Valores brutos dos custos de transação.

Hierarquia de valor justo

A Empresa possui os saldos abaixo de instrumentos financeiros avaliados pelo valor justo, os quais estão qualificados no nível 2:

	2020	2019
Nível 2		
Aplicações financeiras	27.214	14.979

Os diferentes níveis de hierarquia são:

- Nível 1: preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos;
- Nível 2: *inputs*, exceto preços cotados, incluídas no nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços); e
- Nível 3: premissas, para o ativo ou passivo, que não são baseadas em dados observáveis de mercado (*inputs* não observáveis).

Análise de sensibilidade

As análises de sensibilidade são estabelecidas com base em premissas e pressupostos em relação a eventos futuros. A Administração da Empresa revisa regularmente essas estimativas e premissas utilizadas nos cálculos. No entanto, a liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados devido à subjetividade inerente ao processo utilizado na preparação das análises.

Nas análises de sensibilidade, não foram considerados nos cálculos novas contratações de operações com derivativos além dos já existentes.

A Companhia adotou para os cenários de estresse A e B da análise de sensibilidade, os percentuais de 25% e 50%, respectivamente, os quais são aplicados no sentido de apresentar situação que demonstre sensibilidade relevante de risco variável.

Análise de sensibilidade de variações nas taxas de juros

Abaixo estão demonstrados os valores resultantes das variações monetárias e de juros sobre notas promissórias com taxas pós-fixadas, no horizonte de 12 meses, ou seja, até 31 de dezembro de 2021 ou até o vencimento final de cada operação, o que ocorrer primeiro.

SAMM – Sociedade de Atividades de Multimídia Ltda.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 E 2019

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Operação	Risco	Vencimentos até	Exposição em R\$ ⁽⁵⁾⁽⁶⁾	Efeito em R\$ no resultado		
				Cenário provável	Cenário A 25%	Cenário B 50%
Notas Promissórias - 11ª Emissão	CDI ⁽²⁾	Abril de 2021	44.010	(312)	(364)	(416)
Aplicação financeira (Menkar II) ⁽⁴⁾	CDI ⁽²⁾		27.214	500	625	750
Parcelamento ICMS	Selic ⁽³⁾		179	(3)	(4)	(5)
ISS Parcelado	Selic ⁽³⁾		82	(2)	(2)	(2)
Total do efeito de ganho ou (perda)				<u>183</u>	<u>255</u>	<u>327</u>
As taxas de juros consideradas foram ⁽¹⁾:						
	CDI ⁽²⁾			1,90%	2,38%	2,85%
	Selic ⁽³⁾			1,90%	2,38%	2,85%

(1) As taxas apresentadas acima serviram como base para o cálculo. As mesmas foram utilizadas nos 12 meses do cálculo:

Nos itens (2) e (3) abaixo, estão detalhadas as premissas para obtenção das taxas do cenário provável:

- (2) Refere-se à taxa de 31/12/2020, divulgada pela B3;
- (3) Refere-se à taxa de 31/12/2020, divulgada pelo Banco Central do Brasil;
- (4) Como o conceito é de dívida líquida, o cenário para se mensurar o impacto no caixa sobre as aplicações financeiras é o mesmo para o endividamento, ou seja, de aumento de taxas de juros. Neste cenário, as aplicações financeiras se beneficiam, pois são pós-fixada;
- (5) Os valores de exposição não contemplam ajustes a valor justo, não estão deduzidos dos custos de transação e também não consideram os saldos de juros em 31/12/2020, quando estes não interferem nos cálculos dos efeitos posteriores; e
- (6) Os cenários de estresse contemplam uma depreciação dos fatores de risco (CDI).

20. Demonstrações dos fluxos de caixa

a. Abaixo demonstramos os efeitos de transações que não afetaram caixa e, portanto, foram ajustadas nas demonstrações dos fluxos de caixa do exercício de 2020 e 2019:

	<u>2020</u>	<u>2019</u>
Tributos a recuperar	34	(1.142)
Obrigações de entrega	219	-
Fornecedores	26.162	24.538
Fornecedores partes relacionadas	<u>3.569</u>	<u>-</u>
Efeito no caixa líquido das atividades operacionais	<u><u>29.984</u></u>	<u><u>23.396</u></u>
Aquisição de ativo imobilizado	-	(2.996)
Outros de ativo imobilizado	(34)	1.142
Aquisição de ativo intangível	<u>(29.950)</u>	<u>(21.542)</u>
Efeito no caixa líquido das atividades de investimento	<u><u>(29.984)</u></u>	<u><u>(23.396)</u></u>

SAMM – Sociedade de Atividades de Multimídia Ltda.
 NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA OS EXERCÍCIOS
 FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 E 2019
 (Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

b. A Empresa classifica os juros pagos como atividade de financiamento, por entender que tal classificação melhor representa os fluxos de obtenção de recursos.

c. Reconciliação das atividades de financiamento

	<u>Notas promissórias</u>	<u>Arrendamento mercantil</u>	<u>Total</u>
Saldo Inicial	(41.751)	(3.985)	(45.736)
Variações dos fluxos de caixa de financiamento			
Captações (líquidas dos custos de transação)	(42.697)	-	(42.697)
Pagamentos de principal e juros	<u>42.320</u>	<u>2.953</u>	<u>45.273</u>
Total das variações nos fluxos de caixa de financiamento	(377)	2.953	2.576
Outras variações			
Despesas com juros e variação monetária	(1.780)	-	(1.780)
Outras variações que não afetam o caixa	-	(2.286)	(2.286)
Reversão do ajuste a valor presente	<u>-</u>	<u>(231)</u>	<u>(231)</u>
Total das outras variações	(1.780)	(2.517)	(4.297)
Saldo Final	<u>(43.908)</u>	<u>(3.549)</u>	<u>(47.457)</u>

21. Evento subsequente

• **Nota promissória**

Em 05 de abril de 2021 foi contratado a 13º emissão de Nota Promissória no valor de R\$ 35.000 para pagamento da 12ª emissão de Nota promissória, com vencimento em 05 de abril de 2022.

Em 06 de abril de 2021 foi liquidada a 12º emissão de Nota Promissória, foram pagos R\$ 43.000 de principal e R\$ 1.337 de juros.

Composição da Diretoria

André Luiz Faria Tostes
Eduardo Siqueira Moraes Camargo

Diretor Presidente
Diretor

Contador

Hélio Aurélio da Silva
CRC SP129452/O-3